

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVIII nº 1606 | 26/03/2024

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



DESCASO

ATÉ QUANDO?

Produtores rurais do Paraná seguem enfrentando árduos desafios para a produção de alimentos: estradas pedagiadas ainda sem obra, falhas no fornecimento de energia elétrica e falta de recursos para o seguro rural

Aos leitores

Há décadas, a pergunta da capa desta edição da revista **Boletim Informativo** já se tornou rotina. Isso porque a cada safra produtores rurais precisam enfrentar inúmeros desafios, dentro e fora da porteira, para produzir alimentos. Muitos destes obstáculos são reflexo do descaso das gestões municipais, estadual e federal, o que torna a situação ainda mais grave. Afinal, como sabido, a agropecuária é um dos motores da economia e da geração de renda e emprego.

A lista dos árduos desafios é longa. Nesta edição do periódico, nossos jornalistas se debruçaram sobre três deles: as rodovias que passaram a cobrar pedágio mas ainda sem obras, os constantes problemas no fornecimento de energia elétrica no meio rural e a falta de recursos para a subvenção do seguro rural. Cada um tem suas peculiaridades, motivos e desdobramentos. Mas as duas extremidades, quanto a origem quando o desfecho, têm os mesmos personagens. Numa ponta, o poder executivo das cidades, do Estado e do país que assiste, de forma passiva, aos problemas no meio rural. Na outra, o produtor rural “esquecido” pelos políticos que elegeram.

Outra similaridade entre os três obstáculos é que não serão resolvidos no curto prazo. Ou seja, resta ao produtor rural continuar driblando os percalços para produzir e as entidades, como a FAEP, cobrar dos responsáveis mais respeito com o setor.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Ágide Eduardo Perin Meneguette e Nelson Gafuri | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Ivo Pierin Júnior | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior e Mar Sakashita | **Conselho Fiscal:** Aristeu Kazuyuki Sakamoto, Sebastião Olímpio Santarozza e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Cezar Augusto Massaretto Bronzel.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Alexandre Leal dos Santos (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darci Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto
Superintendente: Carlos Augusto Albuquerque.

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach
Colaboração: Aline Barboza e Mylena Caroline da Silva
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1606:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

SEGURO RURAL

Queda na subvenção desencoraja contratações e onera produtores, gerando insegurança no campo

PÁG. 22

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A partir de 1º de maio, produtores rurais devem usar o documento digital nas operações estaduais

Pág. 3

LOGÍSTICA ESTADUAL

Concessionárias iniciam cobrança do pedágio, mas obras só devem começar a partir de 2026

Pág. 4

DESAPROVAÇÃO

Pesquisa revela insatisfação dos produtores rurais com serviços de energia elétrica no Paraná

Pág. 10

SOLUÇÃO DIGITAL

Software do Sistema FAEP/SENAR-PR, do Prêmio Queijos do Paraná, será adotado pelo Mundial do Queijo

Pág. 32

PARCERIA

FAEP e Adapar renovam convênio que permite emissão da GTA nos sindicatos rurais do Paraná

Pág. 34

TRIBUTAÇÃO

Nota fiscal eletrônica passa a ser obrigatória

A partir de 1º de maio, agricultores e pecuaristas precisam aderir obrigatoriamente à versão digital

Os produtores rurais devem usar exclusivamente a Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) nas operações estaduais a partir de 1º de maio. Para cumprir a exigência será preciso fazer algumas adaptações. Para auxiliar os produtores na fase de adequação, além de disponibilizar a estrutura dos sindicatos rurais para esclarecer dúvida, a FAEP elaborou um curso virtual, totalmente gratuito. Basta acessar o QR Code nesta página.

“Nós estamos acompanhando essa questão nos últimos anos, pedimos a prorrogação do prazo para termos o tempo necessário de adequação. Sabemos que o campo tem muitas realidades, o que impõe desafios nesse processo, e o treinamento da FAEP vem dentro desse pacote de medidas para que o produtor não seja penalizado. Nossa intenção é que a transição ocorra com o menor transtorno possível”, diz o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

A mudança para a NFP-e é obrigatória apenas para as operações estaduais (as operações interestaduais já exigem esse formato).

A alteração faz parte de um processo para levar mais agilidade e eficiência

fiscal, já que a nota eletrônica é gerada e autorizada imediatamente pelo portal da Receita Estadual. Outra vantagem é o fato de o produtor rural não precisar se deslocar até a prefeitura para buscar e/ou entregar os talões de papel e carbono.

Para emitir a NFP-e, é preciso fazer um cadastro. O acesso ao portal da Receita Estadual é exclusivo, individual e de responsabilidade do produtor. A recomendação é que o usuário mantenha sua chave e senha de acesso em segurança, sem fornecer essas informações a terceiros.

Como fazer

O passo a passo de como aderir à NFP-e, pelo site ou pelo app da Receita Estadual, está detalhado no curso disponibilizado pela FAEP. O treinamento virtual gratuito do site possui três partes explicativas. Na primeira, Jaime Massolar, do setor de documentação fiscal eletrônica da Receita Estadual do Paraná, faz uma introdução dos principais conceitos e características que envolvem as notas fiscais eletrônicas, além de temas como Sistema Emissor, Certificado Digital e outros pontos da legislação.

Na segunda parte, Érico Renato Almeida, auditor fiscal da Receita Estadual do Paraná, explica sobre o chamado UPD WEB, sistema digital destinado à escrituração fiscal e à gestão de emissão de documentos fiscais. Almeida detalha a dinâmica dessa funcionalidade e passos que o produtor precisa dar para obter as licenças de software requisitadas para gerar as notas em si. Além disso, há um manual completo.

No terceiro trecho, Lhugo Tanaka, auditor fiscal da Receita Estadual do Paraná, demonstra como emitir uma nota fiscal. Essa simulação é feita enquanto o próprio especialista cumpre os passos necessários no sistema.

Já o treinamento via app NFF conta com um tutorial narrado com o passo a passo do que é preciso fazer para emitir a NFP-e.



Acesse a videoaula



Com tarifa e (por enquanto) sem obra

Concessionárias assumem lotes 1 e 2 das rodovias paranaenses, mas benfeitorias estruturais, como duplicações e ampliações, só devem começar a partir de 2026

Por André Amorim

Os últimos quase três anos foram desafiadores para os paranaenses que utilizam a malha rodoviária estadual, em especial para os produtores rurais que dependem dela para escoar a produção e acessar o Porto de Paranaguá, responsável por exportar boa parte dos produtos da agropecuária. Desde novembro de 2021, quando encerraram os contratos de concessão, a situação logística vem se agravando no Paraná. A rápida deterioração das pistas tornou o frete rodoviário mais demorado, caro e inseguro.

“A concessão das estradas do Paraná não deveria ter sido interrompida, tanto é que tentamos a prorrogação dos contratos mediante redução das tarifas. Mas o entendimento foi outro e as nossas estradas, após dois anos de descaso do poder público, estão abandonadas. Agora, vamos acompanhar o trabalho das empresas que estão assumindo e cobrar que as obras previstas sejam realizadas para garantir o escoamento da safra e também a segurança da sociedade que trafega”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

No dia 28 de fevereiro teve início outro capítulo desta história, com a expectativa de boas novas (e não os erros do passado, como tarifas abusivas e obras que tardam a chegar). As concessionárias Via Araucária e EPR Litoral Pioneiro assumiram, respectivamente, as concessões dos lotes 1 e 2 e, conseqüentemente, os serviços de atendimento a acidentes, manutenção das vias e realização de obras de benfeitorias.

A cobrança de pedágio está ocorrendo desde o dia 23 de março. No caso da Via Araucária, as tarifas variam entre R\$ 8,70 (veículo simples com dois eixos) e R\$ 81,60 (caminhão com reboque com oito eixos). Nas praças controladas pela EPR Litoral Pioneiro, os valores vão de R\$ 7,60 até R\$ 180,80. Cada praça tem valores específicos, conforme as características dos veículos.



Rodovias paranaenses estão sem manutenção há quase três anos, quando terminaram os contratos de concessão

“Essa falta de visão estratégica custou caro ao setor produtivo, que encontrou rodovias em péssimas condições para escoar a produção. Isso impactou os custos da agropecuária e trouxe insegurança para os usuários”

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Por outro lado, nenhuma nova obra deve ser entregue antes de 2026, terceiro ano da concessão. Segundo o técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Nilson Hanke Camargo, no primeiro ano as concessionárias devem tomar pé da situação das rodovias para, no segundo ano, desenvolver os projetos e, só no terceiro ano, as obras começarem a sair do papel. A duração dos contratos de concessão é de 30 anos.

“Está tudo dentro do estabelecido em contrato. Até 2026, não tem obra concluída. Vão fazer a manutenção, a construção das praças de pedágio e colocar em funcionamento os serviços de suporte aos usuários”, observa.

Via Araucária

O lote 1, de responsabilidade da Via Araucária, compreende 473 quilômetros, abrangendo os contornos Norte e Sul de Curitiba, as ligações entre a capital e municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), entre Guarapuava, na região Centro-Sul; além de outros trechos. Esse lote terá cinco praças de cobrança de pedágio: São Luiz do Purunã, Lapa, Porto Amazonas, Imbituva e Irati.

Entre as atividades programadas para os próximos anos de concessão estão a ampliação da capacidade das vias em mais de 344 quilômetros, 215 quilômetros de faixas adicionais e 32 quilômetros de vias marginais. A estimativa de investimento em obras é de R\$ 7,9 bilhões.

De acordo com o diretor de engenharia da concessionária, Pedro Veloso, além desse montante, outros R\$ 5,2 bilhões serão aplicados na operação da malha rodoviária, totalizando um aporte R\$ 13,1 bilhões. A partir do terceiro ano de concessão começam as entregas das primeiras obras de grande porte, como as duplicações.

De acordo com o contrato, estão previstos 350,2 quilômetros de duplicação nos trechos do lote 2, além de 138,7 quilômetros de faixas adicionais (pista tripla na BR-277 entre Curitiba e Paranaguá), 72,3 quilômetros de ciclovias, 73,6 quilômetros de vias marginais, entre outras obras.

“A expectativa é boa, pois vai facilitar muito a conexão [da nossa região] com São Paulo”, avalia o presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procópio, Felipe Leite Ribeiro, referindo-se às obras de duplicação na PR-855, que liga o município a Ourinhos, no Estado paulista. “Infelizmente, o lote 4 que trata da ligação entre Cornélio Procópio e Londrina, ainda não saiu”, lamenta Ribeiro.

O lote 4 tem extensão total de 627,9 quilômetros e abrange os trechos entre Londrina, Araçongas, Maringá, Paranavaí, Umuarama até Guaira, no Oeste do Estado. Assim como o lote 5, por enquanto ainda não há previsão de leilão (leia mais no quadro abaixo).

Demais lotes aguardam análise para ir a leilão

Depois dos lotes 1 e 2, cuja concessão teve início no final de fevereiro, os próximos a irem a leilão devem ser o 3 e o 6. Em janeiro deste ano, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) os últimos estudos e documentos para análise. O passo seguinte será a elaboração do edital para posterior realização dos leilões. Se tudo correr conforme o planejado, os editais serão divulgados no terceiro trimestre deste ano, com o leilão sendo realizado no quarto trimestre de 2024 e o contrato celebrado no primeiro trimestre de 2025. As concessões terão duração de 30 anos.

O lote 3 prevê um investimento de R\$ 11,3 bilhões para uma extensão rodoviária de 569,2 quilômetros, envolvendo as BRs-369/373/376 e as PRs-090/170/323/445, localizadas principalmente nas regiões dos Campos Gerais, Vale do Ivaí até o Norte do Paraná.

O lote 6 abrange uma extensão de 646 quilômetros nas BRs-163/277 e PRs-158/180/182/280/483, ligando Foz do Iguaçu, no Oeste, a Guarapuava, na região Centro-Sul, e Cascavel, no Oeste, até Pato Branco, no Sudoeste. O volume previsto de investimentos é de R\$ 13,6 bilhões.

Em relação aos lotes 4 e 5, não há previsão de leilão.



“Nesse tempo em que ficamos sem pedágio, os buracos voltaram e as interrupções no fluxo aumentaram”

Mesaque Veres,
presidente do Sindicato Rural de Irati

2031

Somente neste ano deve ser concluída a pista tripla entre Curitiba e Paranaguá, fundamental para o escoamento da produção agropecuária

FAEP alertou para o caos nas rodovias com o fim das concessões

Antes de encerrarem os contratos de concessão em 2021, a FAEP se posicionava, de maneira crítica contra, a leniência dos poderes públicos estadual e federal em agilizar um novo processo envolvendo as rodovias paranaenses. Desde 2016, a entidade alertava os dirigentes governamentais da importância de agir preventivamente, de modo a evitar que as estradas ficassem sem manutenção adequada, fato que veio a se concretizar logo após o fim da validade dos contratos.

“Há décadas, todos sabiam que os contratos terminariam em 2021, mas ninguém fez nada. Nossos dirigentes políticos esperaram vencer o prazo para pensar em fazer alguma coisa. Essa falta de visão estratégica custou caro ao setor produtivo, que encontrou rodovias em péssimas condições para escoar a produção. Isso impactou os custos da agropecuária, fez encarecer o alimento que chega à mesa da população e trouxe insegurança generalizada para os usuários da malha rodoviária estadual”, aponta o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Já em 2022, a falta de manutenção impactou os custos logísticos do Estado. Em outubro daquele ano, um deslizamento de encostas na BR-277 expôs a gravidade do problema, bloqueando por três dias o fluxo de veículos na principal ligação com o Porto de Paranaguá. Entre 15 de outubro e 30 de abril daquele ano, houve interdições totais em 27 dias distintos na BR-277, no trecho entre a capital e o litoral.

Buracos, mato alto, ocorrências geológicas graves causadas pela falta de manutenção e até o afundamento do pavimento completaram um quadro de abandono nas rodovias, onde os motoristas não dispunham de serviços básicos como guincho, ambulância e sinalização adequada.

Em dezembro de 2022, um estudo geológico contratado pela FAEP apontou que o deslizamento na BR-277 poderia ter sido evitado caso houvesse serviço de monitoramento geológico, análise dos riscos e planejamento na rodovia, atividades interrompidas com o fim dos contratos de concessão anteriores.

Ao lado da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar), em 2023, a FAEP contratou um estudo junto à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) para avaliar o prejuízo causado pelos incidentes logísticos. Segundo o relatório, o custo de transporte das regiões produtoras até Paranaguá chegou a ficar 30% mais caro. A estimativa do impacto econômico das paralizações na BR-277 mostrou um prejuízo de 448,5 milhões caso os atrasos tivessem duração média de 4,5 horas por dia.

Pesquisa aponta 85% dos produtores rurais não satisfeitos com a Copel

Levantamento escancara caos no campo: 38,7% sofreram mais de 20 quedas de luz nos últimos 12 meses e 50,6% ficaram, em média, mais de cinco horas às escuras a cada apagão

O problema é recorrente: quedas consecutivas de energia elétrica e oscilações frequentes na tensão da rede têm gerado transtornos e prejuízos milionários a produtores rurais de todas as regiões do Paraná. E a percepção não é nada boa. Uma pesquisa inédita encomendada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR e realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas aferiu a avaliação

de agricultores e pecuaristas paranaenses a respeito dos serviços prestados pela Copel. Exatos 85% dos entrevistados não estão satisfeitos com a estabilidade no fornecimento. O grau de insatisfação aumenta nos polos produtivos que se dedicam a atividades intensivas no uso de energia, como avicultura, piscicultura, suinocultura e pecuária leiteira.

Acesse o QR Code ao lado para conferir a pesquisa completa



A pesquisa entrevistou 514 produtores rurais, entre 26 de fevereiro e 14 de março, em diversas regiões do Paraná. Do total, 38,9% dos entrevistados declararam estar insatisfeitos com a estabilidade no fornecimento e energia, enquanto 30,9% afirmaram estar muito insatisfeitos. Outros 15,2% responderam que não estão satisfeitos, nem insatisfeitos com esse quesito. O principal motivo para a avaliação negativa é a falta constante de energia elétrica (44%), seguido pela demora na resolução dos problemas (14%) e muita oscilação na rede (12,3%).

O maior índice de descontentamento se concentra no Oeste do Paraná, que se notabiliza por ser a principal região produtora de peixes de cultivo e uma potência na avicultura e na suinocultura. Lá, 38,4% dos produtores disseram estar muito insatisfeitos com os serviços e outros 38,4% se declararam insatisfeitos. O Sudoeste e o Sudeste do Paraná, que têm ênfase em atividades como a avicultura e bovinocultura de leite, também registraram altos patamares de insatisfação com a estabilidade no fornecimento de energia.

Mais da metade dos produtores rurais ouvidos enfrentou mais de uma dezena de apagões ao longo do último ano. Segundo a pesquisa, 38,7% dos produtores verificaram mais de 20 casos de queda de luz nos últimos 12 meses. Outros 19,1% dos entrevistados vivem em propriedades que sofreram entre 10 e 20 episódios de falta de energia. Apenas 1,4% dos agropecuaristas ouvidos não sofreu com apagões.

Como é de se supor, esses episódios causaram prejuízos: 41,6% dos produtores relataram que tiveram equipamentos queimados e 27,2% afirmaram que perderam produção em razão das quedas. A pesquisa também aferiu a demora no restabelecimento do fornecimento de energia após as quedas. Mais da metade dos produtores (50,6%) ficaram, em média, mais de cinco horas às escuras, a cada apagão.

“Eu cheguei a ficar 25 horas sem energia, com o gerador ligado. Isso em dia de céu de brigadeiro. Todos os dias, estou tendo que ligar gerador”

Marcelo Teles,
pecuarista em Toledo

Insatisfação

Em Toledo, Oeste do Paraná, os piscicultores e avicultores **Marcelo Morilha Teles** e Leonice Friedrich já não suportam os transtornos causados pelas quedas de energia. Entre 29 de janeiro e 5 de fevereiro deste ano, a propriedade deles – a Granja São Miguel Arcanjo – sofreu apagões diários, colocando em risco a produção de tilápias (120 mil peixes) e de frango (140 mil aves). Só não houve perda de produção porque o casal recorreu a geradores. Ainda assim, houve prejuízos: dois aeradores, duas placas de aviário e uma placa da usina fotovoltaica queimaram. Os produtores ingressaram com uma ação judicial para que a Copel os indenize das perdas.



Percepção corrobora registros de sindicatos

A pesquisa encomendada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR é um desdobramento do que tem se presenciado no meio rural. Nos últimos meses, a entidade recebeu 18 ofícios de sindicatos rurais e núcleos, que, juntos, correspondem a 54 unidades sindicais. Os documentos detalhavam problemas enfrentados por agricultores e pecuaristas com quedas de energia e oscilações na rede. O Sistema FAEP/SENAR-PR compilou os apontamentos e, em 5 de fevereiro, enviou um ofício à Copel, ao governo do Paraná e aos deputados estaduais, pedindo providências imediatas.

“Os produtores rurais fazem sua parte da porteira para dentro: fazem os investimentos e têm expertise para produzir com excelência. Mas temos esbarrado nessa questão estrutural: o fornecimento de energia. A energia é um dos principais insumos em cadeias, como a avicultura, a suinocultura, a piscicultura e a bovinocultura de leite, em que o Paraná é destaque. Nós precisamos de condições para continuar produzindo. O sentimento manifestado pelos produtores tem sido de indignação”, ressalta o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Luiz Eliezer Ferreira, técnico do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, destaca a importância da pesquisa por ajudar a traçar um diagnóstico preciso da percepção do campo em relação ao fornecimento de energia. O técnico enfatiza que, além de referendar problemas que os sindicatos vinham apontando, o material também acende um alerta justamente nas principais regiões produtoras.

“A Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] realiza uma pesquisa de satisfação, mas não estratifica por classe consumidora. Pela primeira vez, temos um diagnóstico da classe rural, com os resultados indicando um grau de insatisfação muito maior que a média das pesquisas da Aneel”, observou Ferreira. “A insatisfação é maior nas regiões que são mais intensivas no uso de energia, onde avicultura, pecuária leiteira e piscicultura são predominantes. Ou seja, o produtor está enfrentando um grande entrave para produzir”, diz.

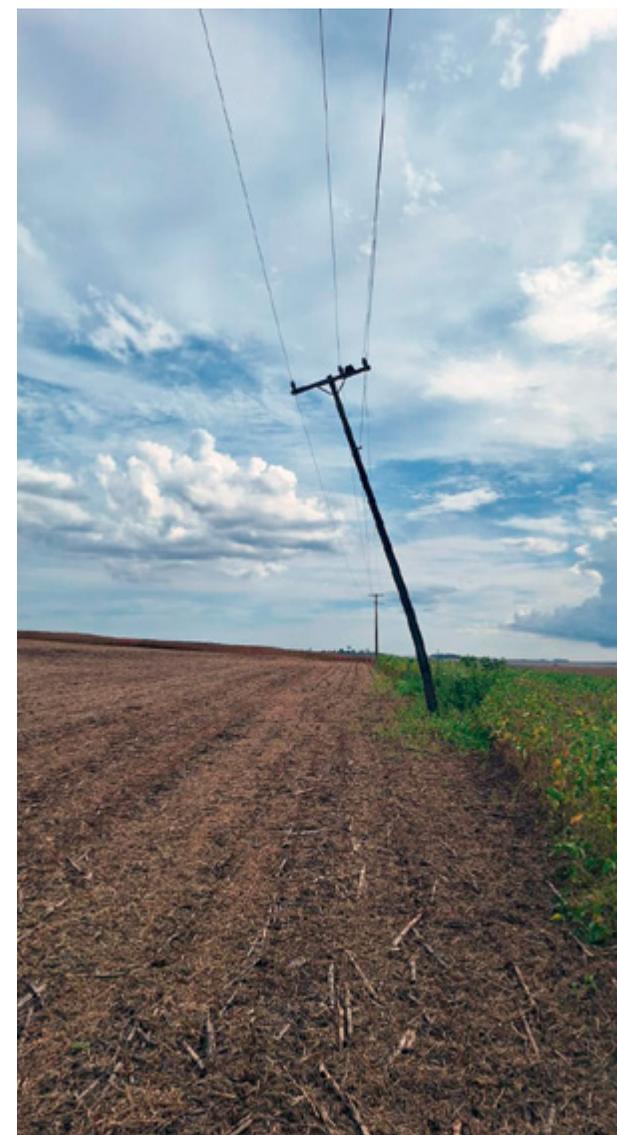
“Nos três anos anteriores, o fornecimento de energia estava complicado. Mas no último ano ficou insuportável. Eu cheguei a ficar 25 horas sem energia, com o gerador ligado. Isso em dia de céu de brigadeiro. Todos os dias, estou tendo que ligar gerador. Eu tenho usina fotovoltaica, mas dependo da rede de distribuição da Copel... Ai não adianta nada”, diz Teles. “Hoje, eu não teria feito os investimentos que fiz, se soubesse que não teria estrutura de energia para trabalhar. Temos produtores na região que perderam tudo. Eu não quero esperar perder para ficar reclamando. Por isso eu estou implorando para que melhorem nossa rede”, desabafa.

Em Pérola Independente, distrito de Maripá, também no Oeste, o avicultor Juliano Sapelli vive angustiado em razão de oscilações na rede. Ele relata que diariamente, por volta das 14 horas, a tensão da rede começa a ficar instável e permanecem com baixa amperagem até às 2 horas da madrugada. Para se prevenir, ele precisa recorrer a geradores. Além de ter perdido equipamentos, Sapelli gasta cerca de R\$ 200 por dia em óleo diesel para manter os geradores em funcionamento. Com as oscilações, ele e a mãe têm que se revezar na vigilância do sistema, para evitar perda de produção.

“A ansiedade vai a mil. A gente não dorme, porque se perder um lote, a gente está lascado. Trabalhamos sob ameaça constante”, reclama Sapelli. “Toda tarde, a tensão cai. Quando a amperagem fica abaixo de 200, os motores perdem eficiência e começam a queimar os equipamentos. A um calor de quase 40°C, se não ligar o gerador, já era... O nosso custo de produção está subindo às alturas e comendo a nossa margem, que já é apertada”, diz.

As quedas de energia também vêm provocando situações mais corriqueiras. Em Primeiro de Maio, Norte do Paraná, por exemplo, a demora no religamento da energia durante os apagões tem implicado em transtornos no manejo dos animais ao pecuarista **Durval Luís Bianchini Renzi**. Sem energia, os bovinos têm arrebatado a cerca elétrica e fugido para a lavoura de vizinhos.

“As quedas são frequentes. Não sei se a rede é antiga, se não está aguentando. Mas sempre cai nos mesmos lugares. Eles só religam, mas logo cai de novo. Não tem uma mudança na estrutura”, aponta Renzi.



“Como a gestão da companhia já vinha sendo feita de forma a privilegiar acionistas, em detrimento dos investimentos, a qualidade vem caindo continuamente ao longo dos últimos anos”

Leandro Grassmann,
diretor-presidente do Senge-PR

Copel caiu em ranking de desempenho da Aneel

Mais uma vez, a Copel caiu no ranking de desempenho divulgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Entre as 29 distribuidoras de grande porte (com mais de 400 mil clientes) do país, a companhia paranaense ocupa o 25º lugar. Em 2021, a Copel estava na décima posição: ou seja, a empresa despençou 15 postos em apenas três anos. A classificação da Aneel leva em conta o número de quedas de energia e a duração de cada período de apagão.

Dados compilados pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) mostram o aumento do número de apagões ao longo dos últimos três anos. Em 2023, o Paraná teve uma média de 30,9 mil ocorrências com interrupção de energia a cada mês. Também no ano passado, a Copel teve que ressarcir consumidores em R\$ 506 mil, por falhas na tensão da rede. Entre 2011 e 2018, a média anual dessas compensações ficou abaixo de R\$ 70 mil.

Em agosto de 2023, o governo do Paraná vendeu ações da Copel na Bolsa de Valores, arrecadando R\$ 2,6 bilhões. Em setembro, um lote suplementar foi negociado, rendendo outros R\$ 464 milhões. Também no ano passado, o Conselho de Administração da Copel aprovou a distribuição de R\$ 958 milhões de dividendos a acionistas.

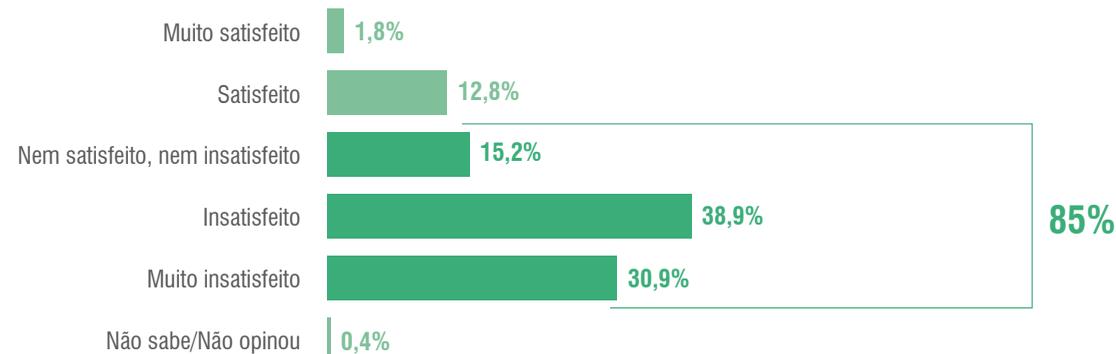
Para mais de 85% dos produtores rurais paranaenses não houve melhora nos serviços da Copel após a privatização. Para 37,7% dos entrevistados, o fornecimento de energia piorou. Para outros 43,6%, os serviços permaneceram da mesma forma que estavam antes da privatização. O Senge-PR apresenta dados que corroboram a percepção. Segundo a entidade, após a privatização o número de quedas de energia aumentou 41% no Paraná, enquanto o tempo de reparo subiu 55%.

“É um processo contínuo. Como a gestão da companhia já vinha sendo feita de forma a privilegiar acionistas, em detrimento dos investimentos, a qualidade vem caindo continuamente ao longo dos últimos anos”, diz o diretor-presidente do Senge-PR, Leandro Grassmann.

A percepção dos produtores rurais

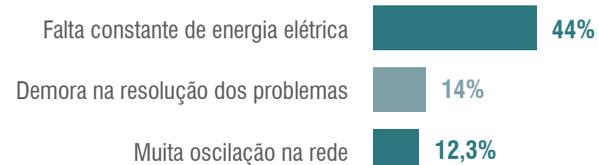
Pesquisa realizada pelo instituto Paraná Pesquisas, com amostra de 514 agricultores e pecuaristas de todas as regiões do Paraná. O grau de confiança é de 95%, com margem de erro de 4,4 pontos percentuais

Satisfação com a estabilidade no fornecimento de energia elétrica



Região	Muito satisfeito	Satisfeito	Nem satisfeito, nem insatisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Não sabe/ Não opinou
Leste	1,7%	18,3%	11,7%	43,3%	23,3%	1,7%
Noroeste	1,2%	18,5%	8,6%	37%	33,3%	1,2%
Norte	4,9%	18,5%	21%	37%	18,5%	0%
Oeste	1%	8,1%	14,1%	38,4%	38,4%	0%
Sudoeste	0%	7%	21,1%	38%	33,8%	0%
Sudeste	1,6%	9,8%	14,8%	40,2%	33,6%	0%

Motivos da insatisfação*



* Cada entrevistado poderia citar mais de um motivo

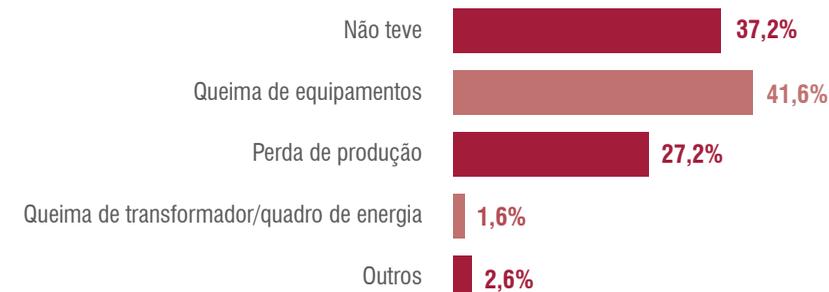
Frequência com que ocorreram faltas de energia elétrica no último ano



Tempo para restabelecer o serviço, quando há falta de energia

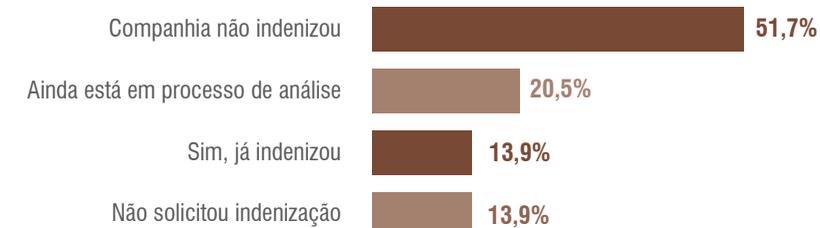


Danos/prejuízos causados por problemas decorrentes do fornecimento de energia elétrica*

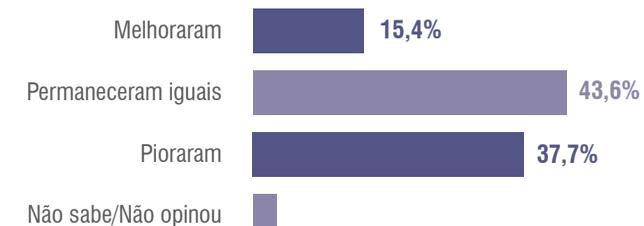


* Cada entrevistado poderia citar mais de um motivo

Entre os que entraram em contato: houve indenização pelos prejuízos?



Percepção quanto aos serviços após a privatização da Copel





Visita ao Sistema Faemg

Desde fevereiro, o SENAR-PR está promovendo visitas a unidades de arrecadação que possuem matrizes em outros Estados, com o objetivo de facilitar a troca de informações e estreitar o contato. De 11 a 14 de março, durante as visitas realizadas em Minas Gerais, o técnico do Departamento de Planejamento e Controle (DEPC) do Sistema FAEP/SENAR-PR José Luiz Machado esteve no Sistema Faemg para conhecer os processos de arrecadação do Senar Minas. Machado foi recebido pelo presidente do Sistema Faemg, Antônio Pitanguí de Salvo; o vice-presidente, Weber Bernardes de Andrade; o vice-presidente de Finanças, Renato José Laguardia de Oliveira; o superintendente administrativo financeiro, Adriano Duarte Persichini Cunha; e o coordenador de arrecadação da instituição, Isaias de Souza Claudiano. As visitas promovidas pelo SENAR-PR já passaram por municípios de Santa Catarina, seguem para São Paulo, em abril, e para o Rio Grande do Sul, em maio.

Novo curso no CTP

O Centro de Treinamento Pecuário (CTP), localizado em Castro, em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR há mais de 25 anos, está promovendo um novo curso: "Inseminação artificial em bovinos". O CTP é a quarta escola conveniada a prestar esse serviço no SENAR-PR. Mais informações sobre o curso no site sistemafaep.org.br, na seção Cursos.



Setor lácteo em Brasília

O presidente da Comissão Técnica (CT) de Bovinocultura de Leite da FAEP e da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Ronei Volpi, participou, no dia 20 de março, em Brasília, de uma reunião na Secretaria de Política Agrícola do Mapa, para discutir a crise enfrentada pela cadeia produtiva do leite, ocasionada pela entrada maciça de produtos lácteos de outros países, principalmente Argentina e Uruguai, a preços inferiores aos praticados em solo nacional, e a renegociação de dívidas dos pecuaristas. Em relação à concorrência desleal do leite importado, será apresentada uma petição para promover ações *antidumping*. O encontro contou com a participação de representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abralait) e a Viva Lácteos, que representa as indústrias do setor.



Elétrica básica para aviários

Entre 18 e 23 de março, um grupo formado por oito pessoas, entre extensionistas, técnicos de manutenção e trabalhadores da avicultura de diferentes cooperativas/integradoras, participou das aulas da primeira turma do curso "Elétrica básica para aviários", no Centro de Treinamento de Agropecuário (CTA) do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Assis Chateaubriand, na região Oeste. O treinamento faz parte do novo itinerário de capacitações de avicultura ofertado pelo SENAR-PR.

Mulheres homenageadas

A técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Nicolle Wilsek, a instrutora da entidade Terezinha Bortolan Rivarola e a diretora do Sindicato Rural de Pato Branco, Leunira Viganó Tesser, foram homenageadas, no dia 22 de março, pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná (Sindivet-PR) em função da contribuição para o desenvolvimento do setor agropecuário estadual. A diretora-técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR, Débora Grimm, e o técnico Alexandre Lobo Blanco foram os responsáveis pela entrega das homenagens. O trio atua há anos no setor da bovinocultura leiteira do Paraná e na defesa dos interesses dos produtores rurais.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 28/02/2023

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$			DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB	RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14					
Saldo C/C	472,75	-	83,84	-	-	-	556,59
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	65.068.386,57	-	2.341.952,64	-	71.707.772,27
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	6.684.822,27	-	200.997,48	-	19.017.750,61
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	6.441.819,41	-	-	-	10.266.354,04
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	245.281,30	-	-	-	322.604,08
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	23.939,38	-	-	-	29.777,99
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	309.473,06	-	-	-	393.480,97
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.654,75	4.624.105,00	78.912.486,93	542.225,27	2.683.981,12	77.567,43	101.660.729,11
SALDO LÍQUIDO TOTAL							101.660.729,11

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Curso de liderança da FAEP transforma a realidade de produtor do Campos Gerais

Fabiano Machado deixou o trabalho em Curitiba para assumir a propriedade da família e cargos no Sindicato Rural de Ponta Grossa e em cooperativas da região

Desde 2019, o curso “Liderança Rural” do Sistema FAEP/SENAR-PR tem contribuído para o desenvolvimento de novos líderes no campo e fortalecido a representatividade dos produtores rurais do Paraná. Um exemplo dos resultados desta iniciativa é o ex-aluno Fabiano Pinheiro Machado, atual membro da diretoria do Sindicato Rural de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, além de integrante da diretoria da Coopagrícola e conselheiro fiscal da associação Coonagro.

Mas quem vê Fabiano engajado nas três instituições nem imagina que sua trajetória profissional começou bem distante do campo. Apesar das origens na agricultura – filho de produtores rurais, praticamente cresceu na propriedade –, Machado foi estudar na capital e se formou em Relações Públicas. Em Curitiba, trabalhou com marketing, desenvolvendo mídias digitais junto às redes de shoppings. Contudo o cenário econômico turbulento do Brasil em meados de 2015, especialmente com relação ao futuro de sua profissão, o levou à decisão de voltar ao meio rural.

“Decidi retornar a Ponta Grossa para me envolver nos negócios da família e resgatar minhas afinidades com o campo, de onde eu estava distante desde a adolescência. Busquei apoio na cooperativa e comecei a fazer cursos do SENAR-PR. Primeiro fiz de inseminação e manejo de pastagem, porque lidamos com gado na fazenda. Depois, fiz muitos cursos em diversas áreas. Eu não sou perfil técnico, mas tenho que ter conhecimento para liderar”, destaca Machado, que coleciona capacitações do SENAR-PR, inclusive o Programa Empreendedor Rural (PER), em 2016.

Em 2019, o produtor recebeu o convite para participar da turma-piloto do curso “Liderança Rural”, desenvolvido e organizado pela FAEP. “Foi transformador”, resume. Segundo Machado, a capacitação trouxe esclarecimentos e uma nova perspectiva, tanto no trabalho quanto na vida pessoal.

Desde então, Machado também participou praticamente de todos os encontros regionais e estaduais de líderes rurais.

Assumindo a liderança

O seu perfil de liderança também resultou em convites no meio cooperativista. Em 2022, veio o convite para integrar a diretoria da Coopagrícola e, na sequência, ser conselheiro fiscal da



Coonagro, uma associação de cooperativas do Paraná. Segundo o produtor, a experiência no cooperativismo proporcionou conhecimento técnico e ajudou a despertar uma consciência cooperativista mais ampla, sobre a importância da colaboração e da organização coletiva para o desenvolvimento sustentável da região.

“Em cada uma das instituições, tenho oportunidades únicas de aprendizado e contribuição. Na Coonagro, estou absorvendo conhecimento e experiência valiosos. Na Coopagrícola, estou acompanhando a profissionalização da marca e tentando influenciar positivamente a mentalidade das pessoas”, revela.

Em 2023, a convite do presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Gustavo Ribas Netto, Machado entrou para a chapa da diretoria eleita para comandar a entidade na gestão 2024/26. Segundo ele, fazer parte da diretoria do sindicato é uma extensão natural desse processo de crescimento. “Depois de tanto investimento que fizeram em mim, está na hora de retribuir”, aponta.

O líder rural ainda está conhecendo os detalhes e os desafios do novo trabalho, mas se sente confiante e preparado para a missão. “Eu sempre acompanhei a atuação política do sindicato. Tenho um perfil engajado politicamente. Quanto ao trabalho no campo, não vou ensinar um produtor rural a produzir, ele já sabe. Mas na gestão e na inovação eu posso ajudar”, conclui.

Simpósio Regional de Direito e Agronegócio

No dia 19 de abril, em Curitiba, vai ocorrer o Simpósio Regional de Direito e Agronegócio – Desafios Constitucionais e Trabalhistas. O evento, promovido pela FAEP e Unoesc, com apoio da OAB Paraná, vai contar com as presenças do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux e dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Caputo Bastos, Douglas Rodrigues, Alexandre Ramos e Morgana de Almeida Richa.



Atualização de instrutores de drone

Nos dias 19 e 20 de março, seis instrutores do curso de drones do SENAR-PR passaram pelo treinamento de atualização, no CTA de Iporã, Norte do Paraná. Eles foram capacitados para ministrar aulas nas formações envolvendo cursos de drones agrícolas para pulverização, em parceria com a empresa Tecponta/Megadrone. Em 16 e 17 de abril, outros seis instrutores farão a atualização no CTA de Assis Chateaubriand, na região Oeste.



Agenda Legislativa do Agro 2024

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette; o vice-presidente da FAEP Ágide Eduardo Meneguette; o presidente da Comissão Técnica (CT) de Bovinocultura de Leite da FAEP, Ronei Volpi; a coordenadora da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP (CEMF), Simone Carvalho de Paula; e o presidente da CT de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, José Antonio Borghi, participaram da entrega da “Agenda Legislativa do Agro 2024”, no dia 20 de março, em Brasília, a representantes do Legislativo. O documento reúne sugestões sobre os principais temas e projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.



Cursos para os detentos de Goioerê

No dia 19 de março, o presidente do Sindicato Rural de Goioerê, Airtton Gonçalves; o supervisor do Sistema FAEP/SENAR-PR Josiel Nascimento; e a mobilizadora da entidade, Francielly Fernandes estiveram reunidos com a gestora da Cadeia Pública de Goioerê, Janaina Montenegro, para conhecer o local onde serão realizados os cursos do SENAR-PR para os detentos. Conforme parceria firmada em 2024 com o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (Deppen), o SENAR-PR vai ofertar cursos a pessoas privadas de liberdade, detidas em estabelecimentos prisionais do Paraná.

PÁSCOA INSPIRADA NOS TEMPOS ANTIGOS

Festividade e símbolo remetem a fatos religiosos relacionados a diversas etnias

Festa pagã ou tradição judaica que virou rito cristão? Seja qual for a explicação que nos leva à celebração da Páscoa, uma dúvida é certa: como que um coelho que bota ovos entrou nesta história?

Para desvendar esse mistério, precisamos voltar no tempo para compreender as origens etimológicas mais aceitas para explicar a Páscoa como a conhecemos. No Brasil, a data é celebrada na época de passagem do verão para o outono. No Hemisfério Norte é o contrário. A Páscoa coincide com a passagem do inverno para a primavera, portanto, uma época de renascimento, quando a vida, animal e vegetal, se renova de forma geral.

Do ponto de vista mitológico, essa era uma época de influência da deusa nórdica da fertilidade Eostre (ou Ostara), cujas festividades dos povos pagãos coincidem com a chegada da primavera. Essa versão explicaria o fato da páscoa ser chamada de “Easter” e “Ostern” nas línguas inglesa e alemã, respectivamente.

Porém, quando trazemos a questão linguística para os idiomas latinos, a situação é diferente. Páscoa (português), Pascua (espanhol), Pasqua (italiano) e Pâques (francês) derivam do radical “pascha”, que veem de Pessach: a páscoa judaica.



A primeira menção à Pessach está na narração de Moisés sobre o Êxodo do povo judeu. Após permanecerem 430 anos escravizados no Egito, os judeus foram libertados pelo faraó, após a ocorrência da décima praga enviada por Deus contra seus captores: “A morte dos primogênitos”. Esta praga ordenava que os membros do povo judaico sacrificassem um cordeiro e passassem o sangue do animal nos umbrais das portas das casas, sinalizando que ali era a morada de uma família judia. Dessa forma, o anjo da morte que vitimaria os primogênitos “passaria por cima” das casas com esse sinal, vitimando apenas os primeiros filhos dos egípcios. Em hebraico, esse termo “passar por cima” é “Pessach”.

E o coelho e os ovos?

Na antiguidade, as lebres eram símbolos pagãos de fertilidade, uma vez que o animal era o primeiro que reaparecia na primavera após o inverno do Hemisfério Norte, e também devido à sua grande capacidade de reprodução. O mesmo ocorre com os ovos, que eram cultuados como símbolo do renascimento por diversas culturas, desde os egípcios, passando pela Europa, onde diversos povos presenteavam seus pares com o alimento decorado com cera de abelha; China, com ovos cozidos coloridos; até a Rússia, que transformou o item em objeto de luxo pelas mãos do joalheiro Peter-Carl Fabergé.

Existe uma lenda que ajuda a entender a presença desse elemento nas festividades de Páscoa pelo mundo. Conta-se que a deusa Eostre estava em uma colina acompanhada de crianças quando um pássaro pousou em sua mão. Em um passe de mágica, a divindade transformou a ave em seu animal preferido, a lebre. Com o passar do tempo, porém, as crianças notaram que a lebre estava muito infeliz, pois não podia mais cantar nem voar como antes. Como era estação de outono, Eostre não gozava plenamente de seus poderes. Ao chegar a primavera, com suas forças recuperadas, a Deusa transformou a lebre novamente em pássaro, que agradeceu ao gesto botando muitos ovos. Novamente transformada em lebre, a criatura pintou os ovos e os distribuiu às crianças. Esse ritual passou a acontecer todos os anos, sempre na primavera.



Primeira imagem conhecida do coelinho da páscoa (Johann Conrad Gilbert)

Sem subvenção, agricultor abre mão do seguro rural

Programa do governo federal tem menor área segurada desde 2019 e menor índice de contratações e produtores beneficiados desde 2020. Orçamento para 2024 é parecido com 2023, que se mostrou insuficiente, gerando insegurança no campo

Por Bruna Fioroni

Nesta safra de verão, o produtor rural **Wolfgang Graf**, de Engenheiro Beltrão, município no Noroeste do Paraná, teve uma surpresa um tanto desagradável: recebeu um boleto de cobrança da apólice de seguro agrícola que havia contratado para 120 hectares de soja. O valor é referente ao subsídio ofertado pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que, desta vez, não contemplou o produtor. Essa é a primeira vez desde o início do PSR em 2006, que Graf não consegue acessar os recursos.

Por causa do financiamento, o produtor não teve escolha senão pagar a diferença. Além do gasto não planejado, Graf também reclama que a apólice encareceu e o nível de cobertura diminuiu em relação aos últimos anos. Nesta safra, a cobertura máxima garantida pela seguradora foi de 33 sacas por hectare. Em 2021/22, a mesma apólice contratada oferecia cobertura de 45 sacas por hectare.

“Além de subir o valor, ainda corre o risco de chegar a hora de colher e não ter subvenção. A gente conta com uma coisa e depois não tem”, critica Graf. “Eu sempre faço a solicitação com antecedência, mas esse ano, infelizmente, não deu certo. É um custo a mais que eu não esperava”, lamenta.



R\$ 2,5 bilhões

Esse é o valor que FAEP e sindicatos rurais pedem para o governo federal liberar para o seguro rural no Plano Safra 2024/25

Em 2023, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) disponibilizou apenas R\$ 933 milhões para o PSR – menos da metade dos R\$ 2 bilhões pedidos pelo setor produtivo. Com esse valor, foram segurados 6,25 milhões de hectares, a menor área subvencionada pelo programa desde 2018. Se compararmos com 2021, maior cobertura atingida desde a implementação do PSR, com 13,69 milhões de hectares, a redução é superior a 50%.

Além de insuficiente para atender à demanda, o montante disponibilizado foi menor que o inicialmente divulgado pelo governo federal, de R\$ 1,06 bilhão. A situação foi agravada pela rejeição de solicitações de suplementação orçamentária, levando a cancelamentos de contratos e/ou onerando ainda mais os produtores que precisaram arcar com o valor integral das apólices.

Em 2024, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a previsão é que o governo destine R\$ 964,5 milhões para o PSR. Diante de um valor similar ao do ano passado e que se mostrou insuficiente – os recursos se esgotaram em setembro –, o cenário se mostra desafiador e preocupante para o setor produtivo.

“O produtor do Paraná é quem mais contrata seguro rural no país, resultado do nosso trabalho constante para difundir a cultura do seguro. Com o aumento da demanda, a expectativa era de que houvesse mais recursos disponibilizados para atender os agricultores, não apenas do Paraná. Infelizmente, não é o que vem acontecendo desde o ano passado, mesmo com os nossos pedidos de suplementação de orçamento”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Restrição de acesso

Desde 2021, quando o PSR atingiu seu auge, cada vez menos produtores estão conseguindo acessar os recursos do programa. No Paraná, a contratação caiu de 82,26 mil para 36,91 mil apólices em três anos. No mesmo período, deixou de contemplar metade dos produtores – caiu de 41,6 mil em 2021 para 21,33 mil beneficiados na temporada atual. O tamanho de área segurada também seguiu a mesma tendência de queda, saindo de 3,84 milhões de hectares para 1,85 milhão de hectares.

“No ano passado, identificamos que cerca de 40% dos agricultores que contrataram seguro no inverno não tiveram subvenção. Foi a primeira vez em muitos anos que faltou subsídio para a safra de inverno. Para o verão, houve ainda menos verba”, elenca Joaquim César Neto, presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg).

Considerando os produtores que tiveram seus pedidos negados e acabaram pagando o custo integral da apólice, o mercado estima que o déficit no orçamento do PSR foi de R\$ 500 milhões – R\$ 150 milhões para as culturas de inverno e R\$ 350 milhões para a safra de verão. Para este ano, o mercado espera que a demanda do programa seja de pelo menos R\$ 2 bilhões – o dobro do orçamento previsto até agora.

Nos anos anteriores, as normas de destinação dos recursos de subvenção eram repassadas às seguradoras em fevereiro. Até março, data de fechamento desta reportagem, a FenSeg informou que não havia definição do montante e dos valores a serem destinados aos diferentes grupos de culturas.

“Não sabemos se haverá recursos para as contratações já realizadas para a safra de inverno de 2024 e as que ainda

serão contratadas. A previsão de que o orçamento será ainda menor em relação ao disponibilizado em 2023 é um mau sinal. O que fica claro é que o agricultor tem tido dificuldades de ser atendido pelo PSR”, avalia César Neto.

Se considerarmos o mercado de seguro agrícola como um todo, ou seja, somando as apólices privadas e aquelas com recursos do PSR, também é possível observar uma queda na área segurada no país, ainda que em menor proporção. De acordo com dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep), no último ano, a cobertura total foi de 11,37 milhões de hectares, 30% a menos que o recorde de 16,27 milhões de hectares de 2021.

Isso mostra que outros fatores além do PSR influenciaram a menor contratação por parte dos produtores rurais no ano passado, como margens de lucro reduzidas e eventos climáticos aquém do esperado. Os preços das *commodities* agrícolas vêm enfrentando uma queda acentuada desde 2022, impactando diretamente na receita dentro da porteira. Somado a isso, estão as próprias condições dos produtos das seguradoras, como elevação de taxas e menores níveis de cobertura ofertados devido à quebra da safra 2021/22 e a descapitalização ocasionada pelas sucessivas perdas.

“Não fazer seguro é uma decisão cada vez mais arriscada. Em caso de perdas, o produtor não terá outra saída senão renegociar suas dívidas. Neste cenário, o governo vai acabar pagando a equalização da taxa de juros destas operações pelos próximos cinco anos. Então, a longo prazo, é muito mais vantajoso para o governo investir em recursos para o programa de subvenção”, afirma Luiz Antonio Digiovani, consultor em seguro rural.

Riscos para o produtor

A situação vivida pelo produtor de Engenheiro Beltrão se repetiu em diversas regiões do Paraná. Em Piraí do Sul, nos Campos Gerais, **João Honório Muller** também teve o acesso à subvenção negado às vésperas da colheita, depois de já ter feito a contratação da apólice. Assim como o colega Graf, Muller recebeu um boleto com o valor da diferença a ser pago e não teve escolha, também por causa de um financiamento. O produtor era contemplado pelos recursos do PSR há mais de dez anos.

“O clima mudou muito, então preciso do seguro. De 2022 para cá, está chovendo mais. Nisso, o custeio do seguro também subiu bastante. A gente já veio com uma descapitalização das últimas safras, com os insumos caros. Não conseguimos nem repassar no preço do produto direito e agora os subsídios estão sendo tirados. Estou de mãos atadas”, relata.



No inverno do ano passado, o produtor enfrentou perdas nas lavouras de cevada e trigo devido ao excesso de chuvas e arcou com prejuízos por conta da falta de cobertura na apólice. “As seguradoras alegaram que não podiam fazer seguro cheio por causa da última safra de milho. Fiz só de granizo e geadas, o que praticamente não é problema se eu seguir o Zarc [Zoneamento Agrícola de Risco Climático]. Tive perda de 40 hectares de trigo e 35 hectares de cevada com chuva”, conta. O prejuízo foi em torno de R\$ 250 mil para cada lavoura, além de outros gastos com colheita e frete.

Embora qualquer lavoura esteja sujeita à interferência dos eventos climáticos, em algumas regiões do Paraná, não contratar seguro rural é um risco ainda maior. Graf, por exemplo, também já precisou recorrer a indenizações diversas vezes devido a perdas de produção. Nesta safra, ele calcula que a quebra da soja seja em torno de 30%. Na safrinha, ele também registrou redução de 10% a 20% na produtividade.

“Vou ter dificuldade para pagar as contas. Provavelmente vou ter que renegociar o financiamento. A insegurança está grande”, constata. “Na região de Engenheiro Beltrão podemos considerar que 100% dos produtores tiveram problemas por causa dos veranicos”, aponta Graf, que também é presidente do sindicato rural do município.

Ainda que o seguro rural seja uma ferramenta indispensável aos produtores, principalmente diante do aumento da incidência de eventos climáticos extremos, muitos já demonstram desinteresse em fazer contratações para a safra 2024/25 se não conseguirem acesso à subvenção. Especialistas entendem que, apesar da demanda crescente, à medida em que não há recursos, o agricultor pode deixar de contratar.

Caso do produtor **Carlos Eduardo dos Santos Luhm**, de Guarapuava, nos Campos Gerais, que também enfrentou dificuldades no último ano. Na safra de inverno, ele conseguiu subsídio para os



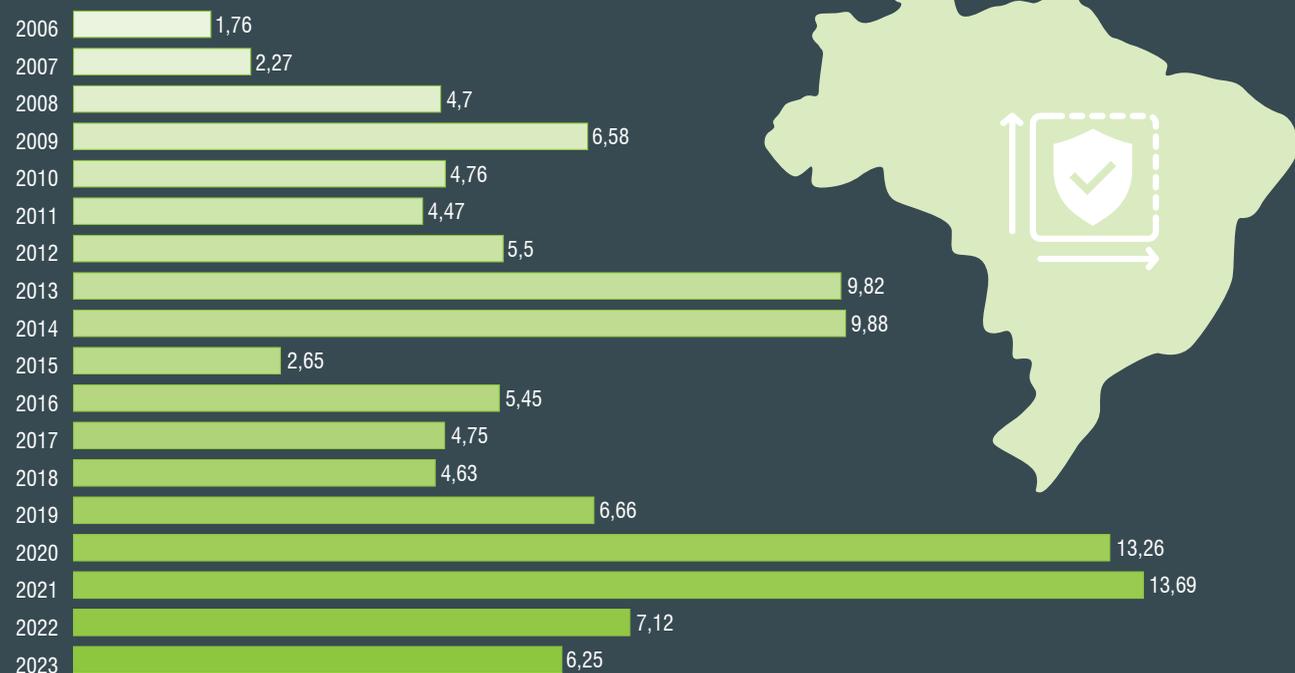
100 hectares de trigo e 100 hectares de milho. No verão, não teve a mesma sorte. Dos 450 hectares de soja, foi liberada subvenção para apenas 200 hectares.

“Esse ano, eu vou repensar. Se não tiver cobertura, nem me interessa. Sem subsídio, o custo eleva demais”, afirma o produtor.

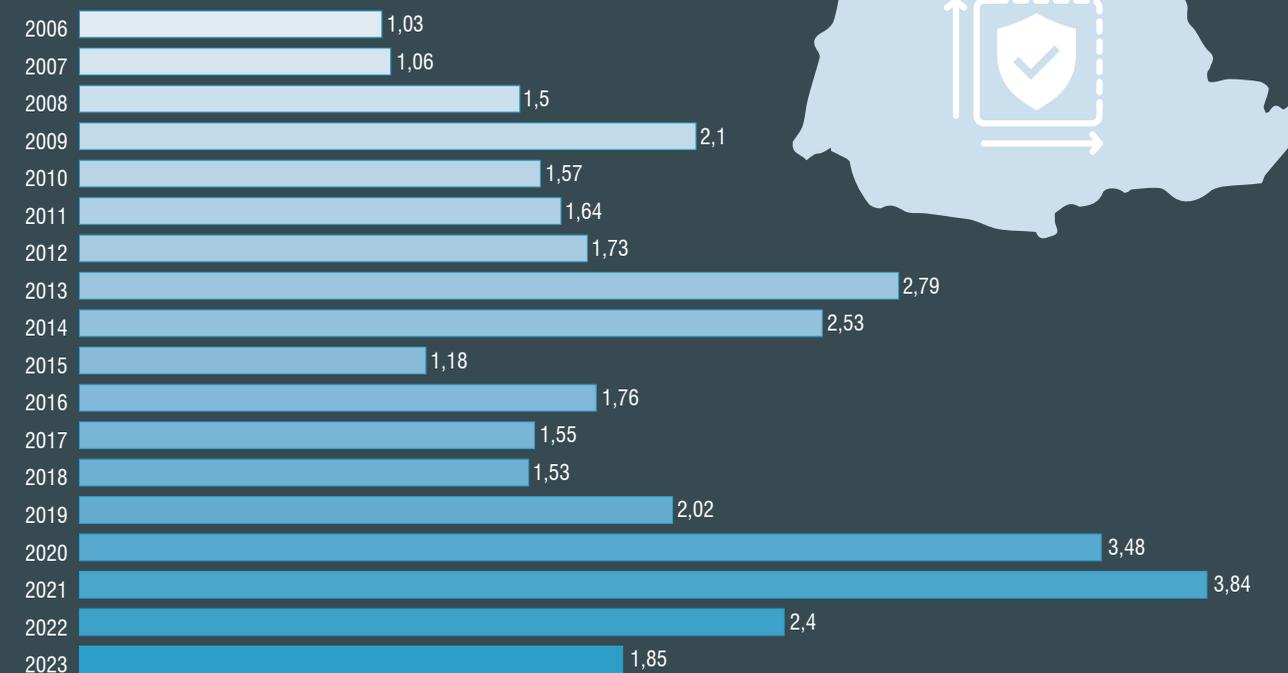
Área segurada

Quantidade de hectares cobertos pela subvenção federal desde a criação do PSR (em milhões de hectares)

Brasil



Paraná



Melhores condições

Diante dos prejuízos por conta das quebras de safra, as indenizações pagas pelo seguro rural garantem a estabilidade financeira e a continuidade das atividades agrícolas frente a adversidades climáticas e outros riscos. No entanto, a alta sinistralidade da safra 2021/22 impulsionou os prêmios do seguro rural. Foram indenizados mais de R\$ 7 bilhões em 2021 e, no ano seguinte, pela primeira vez na história, as indenizações superaram os R\$ 10 bilhões, conforme dados da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

No Paraná, um dos Estados mais afetados pela quebra, a sinistralidade disparou, registrando aumento de mais de 500% em 2021, com indenizações na

ordem dos R\$ 2,6 bilhões. Em 2022, os pagamentos foram ainda maiores, de R\$ 3,2 bilhões.

“Com as indenizações, os produtores permanecem capitalizados para pagar seus financiamentos e continuar na atividade, garantindo a produção agrícola nas próximas safras”, aponta Digiovani.

Agora, com a sinistralidade caindo significativamente em 2023 – mais de 76% na média nacional e quase 90% no Paraná –, a tendência é que o valor das apólices diminua. Além disso, muitas resseguradoras devem voltar a atuar no mercado.

“As seguradoras ainda estão quantificando as perdas desta safra, mas foram estáveis. Eu acredito que a ten-

dência seja de diminuição dos preços das apólices. Algumas seguradoras já estão ajustando suas condições, não somente de preço, mas principalmente de cobertura”, avalia Daniel Nascimento, vice-presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg.

A estimativa da CNseg é que o setor cresça 23% em 2024, com aposta em outros produtos, como o seguro pecuário, no retorno das seguradoras ao mercado e em melhores condições ofertadas para os produtores rurais. “As restrições impostas com as perdas de 2021/22 frearam o mercado. Em 2022/23, tivemos uma boa safra. Com a queda da sinistralidade, é natural que as seguradoras revejam suas condições”, explica Nascimento.

O que diz o Mapa

Procurado pela reportagem do **Boletim Informativo**, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) informou que está atento à ocorrência de eventos climáticos cada vez mais frequentes e intensos e que impactam diretamente a produção agrícola. O órgão reconhece que houve aumento expressivo do custo das apólices, em decorrência da elevada sinistralidade registrada em 2021 e 2022 e causada por eventos climáticos severos, principalmente na região Sul. No entanto, ressalta que “o PSR manteve, em 2023 e 2024, o orçamento no mesmo patamar dos anos anteriores, o que demonstra que

este programa continua sendo uma política prioritária para o governo federal”.

Além disso, o Mapa confirmou que vai modernizar o seguro rural com base no modelo mexicano, a fim de ampliar o número de produtores atendidos pelo programa a custos mais baixos. A previsão é que a iniciativa seja apresentada no próximo Plano Safra.

“A partir desta nova alternativa mais moderna e seus benefícios, o Ministério da Agricultura torna-se mais autônomo e menos dependente da disponibilidade de orçamento para o PSR. Ou seja: o seguro será ampliado e atenderá um maior número de produtores, com preços mais acessíveis”, disse a pasta, em nota.

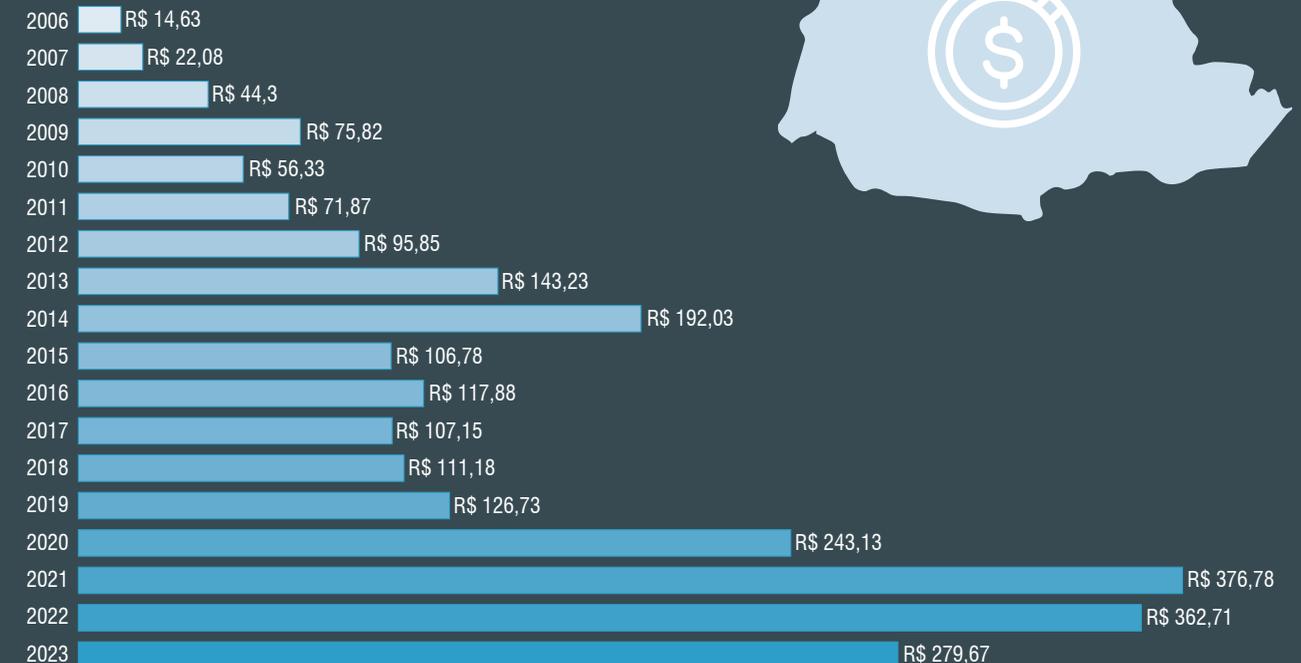
Recursos disponibilizados

Valores de subvenção (em milhões de reais) que viabilizaram seguro rural por meio do PSR nos últimos 18 anos

Brasil



Paraná



Mobilização política busca mais recursos para o seguro rural

Os desafios do seguro rural têm sido pauta de diversos debates na esfera pública. Por um lado, o Mapa reforça o discurso de que o PSR continua sendo uma política prioritária para o governo federal e que uma nova modalidade de seguro rural deve ser apresentada em breve, para melhorar as condições de acesso e atender mais produtores.

Do outro lado, o setor produtivo continua cobrando mais recursos e a garantia de que o montante anunciado no Plano Safra esteja disponível ao longo de todo o ciclo, sem interrupção.

Em dezembro de 2023, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) aprovou emenda, apresentada pelo deputado federal Sergio Souza, para que os recursos destinados ao PSR fossem blindados de cortes ou contingenciamentos em 2024. No início deste ano, o trecho foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, a FPA está trabalhando para derrubar o veto.

“Em 2024, com as consequências da seca nas lavouras de soja, vemos um cenário de quebra de safra iminente e a necessidade de seguro urgente para os produtores”, destaca o deputado federal e presidente da FPA, Pedro Lupion.

O parlamentar também faz críticas às tentativas do governo, via Conselho Monetário Nacional (CMN), de alocação dos recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para o PSR. “Não são mais recursos para os produtores, é apenas uma transferência de valores, que mascara, mas não vai resolver o problema. O ideal é que o governo, além da existência do Proagro, garanta os recursos necessários ao PSR”, conclui.

O deputado federal Tião Medeiros também demonstra preocupação com o atual cenário. Na sua avaliação, o governo federal vem demonstrando, desde o ano passado, que o seguro rural não é prioridade. “A redução de verba tem impacto direto na nossa economia. A segurança do produtor é a garantia de faturamento e de cumprimento dos seus financiamentos e, conseqüentemente, dinheiro circulando. Quando não acontece, cria-se uma instabilidade na economia, que depende do agronegócio”, afirma.

Mudanças climáticas reforçam necessidade de seguro rural

O Brasil nunca foi tão afetado por eventos climáticos como nos últimos anos. Em 2023, a Defesa Civil Nacional recebeu mais de 6,4 mil notificações de ocorrências com danos e prejuízos. Esse é um retrato do que os especialistas vêm afirmando sobre as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. Além disso, fenômenos como *La Niña* e *El Niño* também contribuem para ocorrência de eventos extremos em diferentes partes do Brasil.

Em decorrência disso, boa parte das lavouras de verão do Paraná tem apresentado produtividade abaixo do esperado durante a colheita da safra 2023/24. No início do atual ciclo, o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) estimava colheita de 25,5 milhões de toneladas de grãos. A expectativa atual é de 21,1 milhões de toneladas, 17% a menos.

A quebra na soja é de 16,4%, segundo relatório do Deral. A produção está estimada em 18,2 milhões de toneladas, ante projeção inicial de 21,8 milhões. Para o milho, a expectativa atualizada é de 2,6 milhões de toneladas, 12,6% a menos do que as 2,9 milhões de toneladas iniciais.

Na avaliação de Ana Paula Kowalski, técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, em meio às incertezas do clima e quebras sucessivas de safra, a insuficiência de recursos para o PSR traz ainda mais insegurança para o produtor rural paranaense.

“Depois da quebra de 2021/22, as seguradoras passaram a ofertar menos produtos, mais caros e restritivos. Nas safras 2022/23 e 2023/24, tivemos uma melhoria desse cenário, com maior oferta de seguro com melhores taxas e coberturas, em contrapartida, o recurso liberado para a subvenção foi menor”, explica. “O produtor que já está descapitalizado, diante dos preços das *commodities* em queda, fica com o seguro mais caro e acaba não contratando ou cancelando sua apólice quando recebe a informação que não foi subvencionada”, resume Ana Paula.

A perspectiva climática para os primeiros seis meses de 2024 é que o *El Niño* continue exercendo influência, podendo causar alterações no regime de chuvas. Para o segundo semestre, os modelos meteorológicos se dividem sobre a possibilidade da volta do *La Niña* ou neutralidade climática. Em caso de *La Niña*, o inverno e parte da primavera podem ser marcados por dias mais frios e secos no Sul do país. No entanto, de acordo com a meteorologista Angela Beatriz Costa, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), ainda é cedo para cravar uma projeção.

“Com *La Niña*, a tendência é um inverno com temperaturas mais baixas e ondas de frio com maior frequência, diferente do que ocorreu em 2023. As chuvas também devem diminuir na região Sul. O produtor pode esperar geadas, principalmente no Sul do Paraná. Mas ainda precisamos acompanhar a condição climática que vai predominar”, observa. “As mudanças climáticas realmente estão acontecendo. Por isso, o produtor rural deve fazer um acompanhamento ainda mais frequente, buscar informações qualificadas e não deixar de contratar seguro”, conclui Angela.

Fenômenos climáticos mais frequentes no Paraná

Entre 2006 e 2023, foram registradas 6.487 ocorrências em 389 municípios. Confira a quantidade de eventos por ano e os tipos que mais impactam a agricultura do Estado



Entre 2006 e 2023, foram registrados:



2.634

vendavais, ciclones e tornados



1.201

enxurradas



902

alagamentos e inundações



861

chuvas de granizo



596

estiagens



250

chuvas intensas



43

geadas

Fonte: Defesa Civil do Paraná

FAEP pede R\$ 2,5 bilhões para safra 2024/25

Em março deste ano, a FAEP e os sindicatos rurais, em conjunto com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep), Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab), encaminharam ao governo federal as propostas do setor agropecuário paranaense para o Plano Safra 2024/25, que deve ser apresentado em junho deste ano.

No âmbito do seguro rural, o pedido é de R\$ 2,5 bilhões para o PSR, com um cronograma de liberação de acordo com calendário agrícola. Outra demanda é a alocação da verba para o caixa das operações oficiais de crédito, a cha-

mada 20C, para que sua aplicação seja obrigatória e não haja contingenciamentos. Essa medida já estava entre os pleitos da FAEP o Plano Safra 2023/24.

“O seguro rural precisa de melhorias contínuas, com garantia de orçamento para subvenção por meio do PSR. Dessa forma, naturalmente, a abrangência de produtores rurais atendidos, a área, os tipos de cultura e a qualidade dos produtos de seguro evoluirão”, destaca Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

As propostas também pedem mais condições para estimular a oferta de produtos que não constam ou têm pouco apelo comercial dentro do portfólio das seguradoras, criação de linha de crédito com juros equalizados para contratação do seguro rural, regulamentação da lei que instituiu o Fundo de Catástrofe, e incentivo aos Estados e municípios para criação de programas de subvenção.

Atividades mais seguradas

Culturas agrícolas que mais receberam cobertura com recursos do PSR na série histórica, de acordo com o tamanho da área (em milhões de hectares)

Brasil

SOJA

114

MILHO SAFRINHA

66,8

TRIGO

17,4

MILHO 1ª SAFRA

5,8

ARROZ

4,1



Paraná

SOJA

35,6

MILHO SAFRINHA

21,4

TRIGO

7,2

MILHO 1ª SAFRA

1,7

CANA-DE-AÇÚCAR

194,4 mil hectares



Fonte: Atlas do Seguro Rural | Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa)

NOTAS



Reconhecimento ao Programa Agrinho

No dia 18 de março, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, recebeu o Prêmio Unijore de Incentivo à Cultura, iniciativa da União dos Jornalistas e Escritores de Maringá (Unijore), em reconhecimento ao Programa Agrinho, maior ação de responsabilidade social da entidade. No ano passado, na sua 28ª edição, o Agrinho contabilizou mais de 1 milhão de trabalhos inscritos, dos quais 1.956 foram premiados. O evento de encerramento contou com 4 mil pessoas, entre alunos, professores, pais e autoridades de todas as regiões do Paraná. O prêmio foi entregue pelo vice-presidente da Unijore, Joel Cardoso, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba.

Renovação das CTs da FAEP

Até o dia 5 de abril, os sindicatos rurais do Paraná podem indicar nomes para compor as comissões técnicas da FAEP. Atualmente, a entidade conta com 10 grupos de atuação: Aquicultura, Avicultura, Bovinocultura de Corte, Bovinocultura de Leite, Cafeicultura, Cana-de-Açúcar, Hortifruticultura, Meio Ambiente, Suinocultura e Cereais, Fibras e Oleaginosas. As comissões técnicas orientam a diretoria da FAEP em relação a assuntos pertinentes a cada uma das cadeias produtivas e as preocupações dos produtores da região.



Patrulha Rural

O capitão Íncare Correa de Jesus, da Polícia Militar do Paraná, esteve na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, no dia 12 de março, para uma reunião de alinhamento de estratégias e ações da Patrulha Rural, para aumentar a segurança no campo. O encontro contou com a participação do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette; do presidente da Comissão Técnica de Café da entidade, Walter Ferreira Lima; do coordenador do Departamento Sindical, João Lázaro Pires; e da técnica do Departamento Jurídico, Edivânia Picolo.



Incentivo ao biogás

O vice-presidente da FAEP Ágide Eduardo Meneguette participou, no dia 18 de março, do Circuito Biogás nos Estados, iniciativa da Associação Brasileira do Biogás (ABiogás) para abrir oportunidades envolvendo o biogás no Paraná. Na ocasião, Meneguette destacou o trabalho de fomento da entidade para o uso dos dejetos animais na geração de energia, além da necessidade de programas de incentivo dos governos estadual e federal, com linhas de crédito acessíveis e o desenvolvimento de tecnologias.

Mundial do Queijo utiliza software do Sistema FAEP/SENAR-PR

Solução digital criada pela entidade para o Prêmio Queijos do Paraná será adotada pela organização do concurso internacional



A primeira edição do Prêmio Queijos do Paraná, em 2023, deixou um legado para além do setor de lácteos estadual. O sistema de apuração das notas dos jurados desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR chamou a atenção da organização do Mundial do Queijo, marcado para ocorrer entre os dias 11 a 14 de abril, em São Paulo. Tanto que a solução digital paranaense será “exportada” para o evento internacional.

“A vantagem de digitalizar esse processo é poder, já no fim do concurso, ter os resultados, ao contrário da maioria das premiações, que leva alguns dias para sair o resultado”, explica Debora Pereira, mestre queijeira e diretora da SerTãoBraz, empresa responsável pela realização do Mundial de Queijo. “Estamos felizes com o sistema, que foi aperfeiçoado para ser usado no mundial. Nossa expectativa é que o mundo in-

teiro veja como uma grande inovação no mundo do queijo”, complementa, na expectativa que outros concursos possam adotar ferramentas parecidas.

A ideia de fazer um sistema digital capaz de apurar as notas em tempo real surgiu quando o Sistema FAEP/SENAR-PR começou a idealizar o Prêmio Queijos do Paraná, em 2021. “Na época, percebemos que a maior parte dos concursos ainda usa planilhas eletrônicas ou até mesmo formulários em papel, exigindo uma compilação posterior, que leva bem mais tempo. Dessa percepção surgiu a ideia de envolver nosso Departamento de Tecnologia de Informação para pensarmos numa solução mais rápida”, recorda Luciana Matsuguma, técnica do Departamento Técnico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, após participar de premiações em todo o Brasil.

No início, a ideia era que o sistema digital abrangesse apenas a fase de inscrições, gerando um QR Code para cada queijo, facilitando, assim, a identificação. Em uma segunda fase do desenvolvimento, surgiu a proposta de aproveitar esse mesmo QR Code para a parte de avaliação. “Foi assim que surgiu a ideia de colocar um aplicativo no tablet de cada jurado, capaz de ler o código do queijo e abrir um formulário de avaliação instantaneamente”, descreve Ieda Donada, gerente de TI do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Adaptações

Segundo o técnico do Departamento de TI da entidade, Matheus Victor Cordeiro, o sistema que será usado no prêmio mundial sofreu algumas adaptações. A primeira relacionada ao idioma, já que os formulários dos jurados passam a estar disponíveis em três línguas: português, inglês e francês. Outro ponto importante é com relação à forma de identificação, pois no prêmio paranaense, o login usado foi o número de CPF – agora, será por email para contemplar os jurados estrangeiros.

“Várias dessas mudanças que fizemos para o Mundial, devem ser aproveitadas de alguma forma na nossa segunda edição do Prêmio Queijos do Paraná”, antecipa Cordeiro. “Para nós, desenvolver o sistema foi diferente das demandas do dia a dia. Acompanhamos tudo desde o início, até o processo final, inclusive no dia do evento. Agora, no Mundial, três técnicos da nossa equipe vão dar o suporte em São Paulo”, finaliza o técnico.



2ª edição do Prêmio Queijos do Paraná será lançada este ano

Após o sucesso do Prêmio Queijos do Paraná, cujo evento de encerramento ocorreu em 1º de junho de 2023, o Sistema FAEP/SENAR-PR vai lançar, ainda este ano, a 2ª edição do concurso. A programação está em construção, mas deve ser ampliada em relação ao evento inaugural. Em breve, os detalhes serão divulgados em um evento de lançamento e também no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, nas redes sociais da entidade, nos programas de rádio e na revista **Boletim Informativo**.

Na edição inaugural, 297 queijos participaram do prêmio. Desse total, 88 produtos receberam medalhas de bronze, prata, ouro e/ou super ouro.



Jurados do Paraná vão a São Paulo

A organização do Mundial de Queijos convidou 30 jurados que fizeram parte do Prêmio Queijos do Paraná para integrarem o corpo de avaliadores do evento internacional. Esse grupo, formado por agrônomos, médicos veterinários, docentes, jornalistas e técnicos de diversas entidades parceiras do Sistema FAEP/SENAR-PR, vão participar das etapas de seleção.

“Para ser jurada no prêmio estadual, fiz um treinamento enriquecedor para o meu currículo, pois aprendi muito com as aulas. Minha expectativa no Mundial de Queijos é que possamos encontrar nos queijos determinadas características sensoriais que nos façam reter a cantinhos do nosso cérebro que nos levem a aquilo que produtor quis transmitir”, revela a professora Deise Rosana Silva Simões, do curso de Engenharia de Alimentos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Outro integrante da lista de jurados paranaenses convidados é o professor da área de gastronomia na PUCPR Vavo Kriek, que também passou pela formação para jurados do Prêmio Queijos do Paraná.

“Com esse convite internacional a gente subiu mais um degrau, pois aumenta a responsabilidade e é uma oportunidade única de representar nosso Estado e a nossa classe, que é o pessoal da gastronomia”, resume o professor.

FAEP e Adapar renovam convênio para emissão de GTA nos sindicatos rurais

Dezenas de entidades sindicais podem emitir documentação obrigatória para transporte de animais



Ronei Volpi, presidente da CT de Bovinocultura da FAEP, Meneguette, Martins e o vice-presidente da FAEP Ágide Eduardo Meneguette

O Sistema FAEP/SENAR-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) renovaram, no dia 19 de março, o convênio que permite que os sindicatos rurais do Paraná emitam a Guia de Trânsito Animal (GTA). O documento é obrigatório para o transporte de animais entre estabelecimentos e eventos agropecuários, dentro e fora do Estado. A documentação vale para animais de vocação comercial, incluindo caixas de abelhas e ovos férteis, com exceção dos *pets*, como cães e gatos. O novo convênio vale por mais cinco anos.

“Esse é mais um serviço que o produtor vai poder continuar fazendo diretamente no sindicato rural. Desta forma, os

pecuaristas têm mais facilidade para tirar sua documentação e ganham também o governo do Estado e a Adapar, que vão aproveitar toda a capilaridade do nosso sistema sindical rural para levar esse serviço a todos os cantos do Paraná, sem custo ao poder público”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette. “Da mesma forma que o produtor faz seu imposto de renda, o CAR [Cadastro Ambiental Rural] e outros serviços no sindicato rural, a GTA é mais uma facilidade que ele vai encontrar”, completa o dirigente.

Para o diretor-presidente da Adapar, Otamir Cesar Martins, a capilaridade que o sistema sindical rural tem no Paraná

permite otimizar o serviço de emissão da GTA. “A renovação deste convênio atende às nossas diretrizes de parcerias público-privada. Por meio dos sindicatos rurais, o produtor terá acesso ao serviço na sua localidade, inclusive em locais em que não temos atendimento”, destaca.

A parceria entre Sistema FAEP/SENAR-PR e Adapar teve início em 2019. Na época, 61 sindicatos rurais assinaram o termo de adesão para a emissão da GTA. Hoje, já são 87 entidades sindicais aptas a emitir o documento, ou seja, mais da metade dos 161 sindicatos rurais do Paraná. Antes, esses serviços eram prestados apenas pela Adapar e órgãos municipais.

Confira no site sistemafaep.org.br, na seção Sindicatos Rurais, a entidade mais próxima para emitir sua GTA.

Novas adesões

Os sindicatos rurais que ainda pretendem aderir ao convênio e passar a emitir a GTA podem assinar o termo de adesão, informando os municípios que serão atendidos, indicando também o nome do colaborador responsável por emitir as guias, que terá que passar por um treinamento do governo do Estado. A qualificação será realizada no próprio sindicato rural, pelos fiscais das Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (Ulsas) da Adapar responsáveis pelo município.

Para tirar qualquer dúvida, basta entrar em contato com o Departamento Sindical da FAEP, pelo telefone (41) 2169-7958.

87

Este é o número de sindicatos rurais do Paraná habilitados para emitir a Guia de Trânsito Animal (GTA)



Convênio otimiza serviço de emissão de GTAs

Memória do Campo



Vitória na isenção do uso da água

Na edição 1076 da revista **Boletim Informativo**, de 2009, um artigo assinado pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, celebrava uma conquista importante para os produtores rurais. Na ocasião, os deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) rejeitaram o veto do governador da época, Roberto Requião, que pretendia cancelar a isenção do pagamento pelo uso da água aos agropecuaristas. Tal benefício estava previsto na lei que criava o Instituto das Águas, e Requião tentou vetar esse direito.

“A lei aprovada por nossos deputados previa a incidência da isenção para pequenos produtores e, em um parágrafo, estendia o benefício para todos os produtores rurais, desde que o uso da água se destinasse exclusivamente para a produção agropecuária”, lembrou Meneguette. “A isenção para todos foi uma reivindicação feita pela FAEP e de outras entidades representativas dos produtores rurais aos parlamentares, em face da injustiça contida no projeto original enviado pelo governo do Estado que previa o pagamento pelo uso da água”.

Meneguette enfatizou que a oneração da produção rural seria um trabalho contra o país. “Não fosse a agricultura, o país já teria falido por não ter recursos para importar máquinas e equipamentos e insumos industriais e muito menos para ter honrado sua dívida externa”, salientou o líder rural.



JUSSARA

ESPAÇO CONFINADO

O curso realizado em 10 de janeiro de 2024, na extensão de base do Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos de Jussara, capacitou dez participantes, com as aulas do instrutor Marinho Martinello.



JUSSARA

DIRECIONAMENTO AUTOMÁTICO DE MÁQUINAS

Oito participantes foram capacitados pelo instrutor Lucas Schemberger, entre 8 e 11 de janeiro. O curso foi viabilizado em parceria com a Companhia Melhoramentos de Jussara.



CIANORTE

CANA-DE-AÇÚCAR – FERTIRRIGAÇÃO

O treinamento realizado em parceria com a Companhia Melhoramentos, para capacitar dez participantes, com o instrutor Jorge Luis Dias Alves, no dia 20 de janeiro.



JUSSARA

ESPAÇO CONFINADO

Oito participantes foram capacitados pelo instrutor Marinho Martinello em 12 de janeiro. O curso, viabilizado pela extensão de base do Sindicato Rural de Cianorte, ocorreu em parceria com a Companhia Melhoramentos.



CAMPINA DA LAGOA

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

Dez participantes foram capacitados pelo instrutor Marcos Domingues Pereira, entre 9 e 11 de janeiro.



CAMPINA DA LAGOA

PANIFICAÇÃO

Nos dias 11 e 12 de janeiro, o instrutor Sergio Kazuo Kawakami capacitou 12 participantes.



UMUARAMA

EXCEL INTERMEDIÁRIO

Entre 22 e 26 de janeiro, o instrutor Reinaldo Galvão treinou 15 participantes em parceria com a empresa Levo Alimentos.



JANDAIA DO SUL

CONSERVAS, MOLHOS E TEMPEROS

A instrutora Renata Andrade de Sá treinou, nos dias 22 e 23 de janeiro, oito participantes.



ALTAMIRA DO PARANÁ

PANIFICAÇÃO

Viabilizado pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa, esta capacitação foi ministrada pelo instrutor Sergio Kazuo Kawakami, nos dias 18 e 19 de janeiro, com dez participantes.



QUARTO CENTENÁRIO

TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO

A instrutora Luciane Lousane Pimentel capacitou 13 participantes, nos dias 18 e 19 de janeiro. O curso viabilizado pela extensão de base do Sindicato Rural de Goioerê ocorreu em parceria com a Prefeitura de Quarto Centenário.



FAXINAL

BÁSICO EM MANDIOCA

Finalizado em 26 de janeiro, oito participantes foram capacitados pelo instrutor Frederico Leoneo Mahnic.

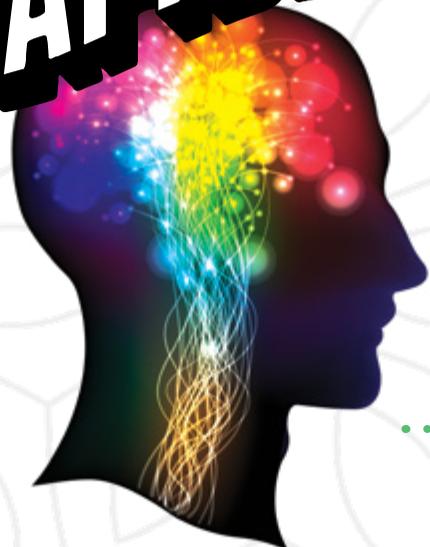


TEIXEIRA SOARES

BÁSICO EM MILHO

Nos dias 29 e 30 de janeiro, o instrutor Frederico Leoneo Mahnic treinou 11 alunos.

VIA RÁPIDA



1 milhão de gigabytes

O cérebro humano possui cerca de um trilhão de ligações entre os neurônios. Essa quantidade corresponderia a uma capacidade de armazenamento de 2,5 petabytes, ou seja, 1 milhão de gigabytes (GB). A velocidade para o processamento de toda essa informação é o equivalente a um processador de 16,8 mil GB.



Équidna

Esse é o nome de um animal de corpo atarracado e coberto por pelos ásperos e espinhos. Um verdadeiro fóssil vivo, apresentando característica de répteis, aves e mamíferos. Assim como o ornitorrinco, o équidna bota ovos, sendo os únicos dois mamíferos que fazem postura de ovos no mundo.



O primeiro filme

Considerado um dos primeiros filmes da história do cinema, *Roundhay Garden Scene* é um curta-metragem realizado no Reino Unido, em 1888. A produção tem apenas dois segundos de duração, de autoria do inventor francês Louis Le Prince.

Comilão

Na média diária, um elefante consome entre 4% a 7% do peso corporal em alimentos, entre gramíneas, hortaliças, frutas e raízes. Ou seja, se considerarmos um animal de cinco toneladas, isso dá 200 quilos de alimento por dia.

Luz do passado

Se um astrônomo vê uma estrela que está a distância de 100 anos-luz da Terra explodir hoje, significa que o fato aconteceu há 100 anos. Isso porque a luz demorou todo esse tempo para alcançar o nosso planeta, como explica a agência espacial norte-americana Nasa.



Pouco sono

As girafas não costumam dormir muito, geralmente algo em torno de quatro horas no período de um dia. Esse sono acontece em pequenas sequências, em turnos de cinco minutos, fazendo com que seja um animal "sempre alerta".



Milhares de cores

O olho humano é capaz de distinguir até 10 milhões de cores diferentes. Ainda que a percepção seja limitada, ela é mais ampla do que imaginamos. A retina possui 120 milhões de células especializadas em detectar cores e intensidades de luz. Dessa forma, azul, vermelho e verde, quando captados pela retina, permitem que o olho enxergue uma variedade de cores de acordo com a luz do local.

O que é, o que é?

É feito de água, mas se for colocado dentro da água morrerá.

Resposta: o gelo.

FOTO DO CLIMA

Quer ver sua foto do clima publicada no Boletim? É fácil! Basta entrar na seção **Clima**, do site sistemafaep.org.br ou pelo **app** do Sistema FAEP/SENAR-PR.



Antonio Augusto Angheben - Serranópolis do Iguaçu, PR

Conheça o curso
do **SENAR-PR**:

APICULTURA BÁSICA

Por que fazer?



A apicultura é uma atividade de fácil adaptação, podendo ser praticada por grandes produtores ou pequenos agricultores familiares, principalmente como complemento da renda. A apicultura também contribui com o meio ambiente devido ao importante trabalho de polinização praticado por esses insetos.

Fique de olho



Neste curso, o participante vai aprender o que é essencial para começar uma criação de abelhas (*Apis mellifera*), como diferentes espécies e tipos de manejo, instalação de apiário, predadores e doenças, entre outros. O objetivo é produzir mel, própolis, geleia real, pólen e cera de abelha.

Outras capacitações

- Apicultura avançado;
- Abelhas sem ferrão.



SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



Saiba mais ▼



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável